

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.076 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2000



## MAIS JUÍZES NOS TRFs

Acúmulo de processos é causa apontada para a elevação do número de juízes nos Tribunais Regionais Federais

TRF 1ª Região 18 para 27 juízes Brasília DF, MT, GO, MG, BA, PI, MA, TO, AM, PA, RR, RO e AC	TRF 2ª Região 23 para 27 juízes Rio de Janeiro RJ e ES	TRF 3ª Região 27 para 43 juízes São Paulo SP e MS	TRF 4ª Região 23 para 27 juízes Porto Alegre RS, SC e PR	TRF 5ª Região 10 para 15 juízes Recife PE, CE, RN, PB, AL e SE
---	---	--	---	---

# Aprovada a reestruturação dos Tribunais Regionais Federais

Plenário vota favoravelmente ao aumento do número de juízes nos tribunais das cinco regiões, para tentar superar dificuldades como o acúmulo de processos e a demora nos julgamentos. Proposta agora vai à sanção presidencial



Capital paulista tem débitos com a União calculados em cerca de R\$ 10,5 bilhões

## CAE APRECIA HOJE PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PÁGINA 2

Os Tribunais Regionais Federais terão seu número de juízes aumentado (*veja o quadro acima*), com decisão do Plenário do Senado, ontem, de aprovar propostas enviadas pelo Superior Tribunal de Justiça reestruturando os quadros funcionais nas cinco regiões da Justiça Federal. O relator Bernardo Cabral lembrou que o número de magistrados no país está “aquém das reais necessidades da cidadania”. A matéria vai à sanção presidencial.

Bernardo Cabral relatou os projetos



PÁGINA 3

## LDO 2001 terá que ser votada antes do recesso

PÁGINA 4

**HELOÍSA HELENA**  
PROTESTA CONTRA  
MATÉRIA DE REVISTA

Dezessete senadores apartearam em solidariedade às “insinuações” de *IstoÉ*.

PÁGINA 5

**JADER: PMDB NÃO ACEITA**  
ESVAZIAMENTO  
DOS BANCOS OFICIAIS

Senador ressalta que PMDB, apesar de governo, é contra enfraquecimento do BB e CEF.

PÁGINA 6

# CAE vota renegociação da dívida da capital paulista

Parecer do relator Romero Jucá é favorável à rolagem dos débitos do município com a União, calculados em R\$ 10,5 bilhões

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresenta hoje, às 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o seu relatório favorável à renegociação da dívida do município de São Paulo com a União, calculada em R\$ 10,5 bilhões. Assim, os débitos de São Paulo junto a instituições financeiras



Jucá pediu auditoria nos números apresentados pelo prefeito Celso Pitta

contraídas até o final de 1999, as dívidas mobiliárias e decorrentes de antecipações de receitas orçamentárias poderão ser assumidos pela União em troca do pagamento em parcelas mensais, em 30 anos, com juros de 9% ao ano e correção monetária pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). De acordo com a MP nº 1.969-15, que definiu os critérios para que a União assumira e refinancie a dívida, São Paulo terá que comprometer,

por ano, até 13% de sua receita líquida real para saldar a dívida. Para chegar ao seu relatório, Jucá levou em consideração os argumentos apresentados pelo prefeito Celso Pitta, ouvido em audiência pública em março.

Os números apresentados por Pitta sobre emissão de títulos municipais para pagamento de precatórios judiciais não coincidem com os cálculos da CPI dos Precatórios. Diante dos argumentos do prefeito de que as metodologias usadas são distintas, o relator pediu uma auditoria sobre toda a documentação, para chegar a uma conclusão sobre o refinanciamento.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que foi relator da CPI, acusa a prefeitura de ter usado me-

nos de um quarto dos recursos arrecadados com a emissão de títulos no pagamento de precatórios. O restante, afirma, foi usado irregularmente. Assim, Requião e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entendem que esta parte do débito deverá ser parcelada em dez, e não em 30 anos, prazo máximo estabelecido pela MP.

A CAE também examina na reunião o projeto de lei que institui novas normas para a armazenagem de produtos agrícolas. A proposta, segundo o governo federal, visa modernizar o sistema de comercialização agrícola, "sem o excesso de intervenção e dirigismo estatal".

Os senadores têm ainda na pauta pedido de empréstimo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau no valor de 824 mil euros, que serão usados no programa de modernização da infra-estrutura das universidades federais e dos hospitais universitários.

## Plenário discute restrições à compra de dólares pelo BC

O Senado vota hoje a redação final do projeto que obriga o Banco Central a negociar no mercado financeiro exclusivamente por meio das chamadas instituições *dealers* – responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros. Dessa forma, o BC somente poderá realizar operações de política cambial e monetária por meio dessas instituições, exceto nos casos de redescuento, empréstimos de liquidez e quando expressamente autorizado pelo Conselho Monetário Nacional.

Originário da CPI do Sistema Financeiro, o projeto, depois de aprovada a redação final, vai à deliberação da Câmara dos Deputados. Se a Câmara mantiver o texto, o BC fica-

rá proibido de realizar negociações diretas no mercado futuro de dólar, como as realizadas, ano passado, com os bancos Marka e Fontecindam – e seus fundos – após o fechamento dos pregões da Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Na mesma sessão, por iniciativa do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Plenário dedica a Hora do Expediente a homenagear o aniversário do jornal *Gazeta Mercantil*. E realiza o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. De autoria



Lobão propôs a homenagem à *Gazeta Mercantil*

do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o projeto visa garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Em votação secreta, o Senado decide sobre mensagem em que o presidente da República submete à deliberação da Casa a escolha de Luiz Milton Veloso Costa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, até 25 de abril de 2003.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

11h – Participa da solenidade de inauguração do novo

parque gráfico do *Correio Braziliense*

15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

## Brasil 500



### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear o aniversário do jornal *Gazeta Mercantil*

Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDLs nº 163/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Dois Vizinhos para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos (PR); nº 165/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Bragança Paulista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista (SP); votação secreta do Parecer nº 286/2000, que submete à deliberação do Senado a apreciação do nome de Luiz Milton Veloso Costa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS); e discussão, em turno único, da redação final do PLS nº 684/99, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional.

### COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem-SF nº 81/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de 824 mil euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinado ao financiamento de 15% de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa Dornier Medizintechnik (GmbH), no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PLC nº 5/2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários; e Mensagem-SF nº 76/2000, que submete à apreciação do Senado o Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o município de São Paulo. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: reunião para votação dos relatórios setoriais do PPA. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

18h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Quarta-feira

10h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

9h30 – Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1.988-19, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89

Pauta: discussão do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; emendas nºs 2 a 5, de Plenário, à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PEC nº 9/2000, que altera a alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (dispõe sobre nacionalidade brasileira); Emenda nº 1, de Plenário, à PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal; Emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 207/95, altera dispositivo de Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); Emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e PLC nº 22/97, que dá nova redação a dispositivos dos decretos-leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 1969. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

### ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovada a reestruturação de tribunais federais

Mudança atinge os TRFs das cinco regiões, com a ampliação do número de juízes, e decorre da dificuldade causada pelo crescente volume de processos em julgamento. Proposta vai agora à sanção presidencial

O Senado aprovou ontem a reestruturação dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª regiões. Pelo texto aprovado, o TRF da 1ª Região, com sede em Brasília, terá sua composição ampliada de 18 para 27 juízes. Os TRFs da 2ª e 4ª regiões, com sedes no Rio de Janeiro e Porto Alegre, terão suas composições aumentadas de 23 para 27 membros. E o TRF da 5ª Região, com sede no Recife, passará de dez para 15 juízes. O texto vai agora a sanção presidencial.



Enviada ao Congresso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a proposta dispõe que os car-

Cabral citou o grande número de ações na Justiça Federal de Segunda Instância

gos de juízes serão providos por nomeação do presidente da República, mediante indicação em lista tríplice, organizada pelos próprios tribunais. Na justificativa do projeto, o então presidente do STJ, ministro Pádua Ribeiro, informa que essa reestruturação decorre da notória dificuldade enfrentada pelos tribu-

nais, em razão do crescente volume de processos para julgamento.

Em defesa da proposição, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que a relatou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, citou o vultoso número de feitos que são submetidos ao julgamento da Justiça Federal de Segunda Instância. "É de amplo conhecimento público que o número de magistrados em nosso país está aquém das reais necessidades da cidadania", observou.

Para ele, esse projeto favorece a prestação da atividade judiciária à população brasileira.

O TRF da 1ª Região abrange toda a região Norte, mais os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão e o Distrito Federal; o da 2ª Região abrange Rio de Janeiro e Espírito Santo; o da 4ª Região abrange os estados do Sul; e o da 5ª Região abrange Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

## São Paulo terá 43 juízes

Os senadores também aprovaram, em regime de urgência, projeto reestruturando o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e ampliando sua composição de 27 para 43 juízes. Com sede na cidade de São Paulo, o tribunal abrange os estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. O texto, que ainda vai à sanção presidencial, cria para esse tribunal 201 cargos efetivos de nível superior, 204 cargos efetivos de nível intermediário, além de funções comissionadas. Ficou decidido que os cargos serão providos gradativamente e de acordo com as necessidades do serviço.

Apresentado pelo STJ, o texto foi justificado pelo ministro Pádua Ribeiro, que o presidia, como uma forma de enfrentar o asoamento dos órgãos julgadores do TRF da 3ª Região. O ministro ale-

gou que eles não mais comportam o grande número de processos recebidos em grau de recurso, em face da crescente desproporcionalidade existente entre a atual composição e a estrutura da Justiça Federal de Primeiro Grau.

Além disso, Pádua Ribeiro afirmou que o número de processos em tramitação no TRF da 3ª Região é de 337.799, para 27 juízes, cabendo a cada um 12.511, quantidade muito acima da média recomendada pela Lei Orgânica da Magistratura. Ao relatar o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Bernardo Cabral lembrou que a Justiça Federal de Segunda Instância está sobrecarregada de processos e disse que sua aprovação contribuirá significativamente para desafogar o TRF da 3ª Região.

## Prefeitura de Santos obtém empréstimo para sua modernização administrativa

A prefeitura municipal de Santos (SP) foi autorizada pelo Senado a contratar empréstimo de R\$ 12,2 milhões junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), administrado pela Caixa Econômica Federal. A prefeitura informou que destinará os recursos a projetos de modernização administrativa. A matéria agora vai à promulgação.

Criado pelo governo federal, o PNAFM visa dar maior eficiência à máquina administrativa municipal e de melhorar o controle de sua despesa, com vista ao ajuste fiscal



O Plenário aprovou o empréstimo de R\$ 12,2 milhões para os projetos de modernização administrativa da prefeitura de Santos

dos municípios. Dessa forma, a União pode realizar com as prefeituras, por intermédio da CEF, operações de crédito destinadas a programas de fortalecimento e

modernização da máquina administrativa municipal, utilizando recursos provenientes de empréstimos contraídos junto a organismos financeiros internacionais.

## Senadores começam a discutir proposta sobre distribuição de recursos para irrigação

O Senado promoveu ontem o primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembléia Constituinte, a pror-



Mauro constata que as regiões Centro-Oeste e Nordeste progrediram bastante com a irrigação

rogação desse prazo é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno garantido. Ele afirmou que, mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo, considera importante apresentar logo a proposta de prorrogá-lo por mais dez anos.

E acrescentou que regiões do

Centro-Oeste e Nordeste progrediram bastante com o sistema de irrigação, podendo progredir ainda mais se for mantido esse tipo de investimento público. Para ele, a não prorrogação desses percentuais ou sua má aplicação significará mais miséria, mais dificuldade, mais atraso e mais prejuízo para o país.

## Plenário acolhe acordo sobre transportes com a Argentina

O texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o governo brasileiro e o governo argentino, em 1997, recebeu ontem a aprovação do Senado. O acordo foi assinado em reconhecimento às vantagens recíprocas que um intercâmbio regular mais intenso entre as regiões fronteiriças poderia proporcionar.

O texto leva em consideração a necessidade de ampliação dos meios de transporte entre os dois países, a fim de possibilitar a ex-

pansão do intercâmbio comercial e turístico. Leva em conta também que o estabelecimento de uma regulamentação conjunta do tráfego fluvial entre Brasil e Argentina contribuirá para a intensificação desse intercâmbio.

Na mesma sessão, os senadores aprovaram decretos legislativos renovando a concessão de duas emissoras: Rádio Piatã, de Salvador (BA), e Rádio Tupã, de Tupã (SP). O PT se absteve de votar, com exceção do senador Tião Viana (PT-AC). Os dois decretos agora vão à promulgação.

# Congresso Nacional vota LDO até 30 de junho

Constituição impede o início do recesso parlamentar de julho enquanto o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as bases para a elaboração do Orçamento federal de 2001, não for votado

O Congresso tem prazo até 30 de junho para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001. Pela Constituição, os parlamentares não poderão entrar em recesso enquanto a matéria não for votada. A proposta, enviada pelo Executivo na última sexta, vai agora para análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o projeto da LDO prevê um superávit primário (sem contar o pagamento de juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2001, de 2,2% do PIB em 2002 e de 1,8% em 2003.

A proposta incorpora uma série de dispositivos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já aprovada pelo

Congresso. Um deles é a determinação de o Banco Central demonstrar claramente, a partir do ano que vem, o impacto e o custo de suas operações.

Segundo o projeto, o governo (incluindo Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) terá uma dívida interna no próximo ano equivalente a 25,5% do PIB. O valor dessa dívida deverá cair para 24,1% do PIB em 2002 e para 22,8% do PIB em 2003.

Válida por um ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem de ser elaborada conforme as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), que fixa as metas a serem atingidas pelo governo federal durante cada período de quatro anos. O Orçamento para 2001 será feito com base na LDO que o Congresso aprovar.



Caberá à Comissão de Orçamento iniciar a tramitação do projeto da LDO. Ele prevê, conforme o ministro Martus Tavares (D), um superávit de 2,6% do PIB em 2001



## Comissão apreciará relatórios setoriais do Plano Plurianual

A Comissão Mista de Orçamento reunirá às 15h de hoje o colegiado dos relatores do Plano Plurianual (PPA) para votar, em sessão secreta, os dez relatórios setoriais do PPA referente ao período 2000/2003. Às 18h, a comissão vai se reunir para examinar mensagem em que o presidente da República encaminha informações sobre a execução do PPA em 1998 e para avaliar

a execução acumulada do plano no período de 1996 a 1998.

Presidida pelo senador Gilberto Mesrinho (PMDB-AM), a comissão deverá analisar ainda proposta do deputado João Coser (PT-ES) que cria uma subcomissão para reformular o sistema de votação do Orçamento e o relatório de execução orçamentária de obras realizadas no porto do Rio Grande (RS).

## Parlamentares debatem uso de áreas florestais

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que disciplina a conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste realizou ontem audiência pública, em Belém (PA), com a finalidade de discutir o assunto com a comunidade local.



Segundo Jonas Pinheiro, acordo está ficando mais próximo

Participaram do debate, coordenado pelo presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-

MT), representantes do governo do Pará; o presidente da Federação de Agricultura do estado, Carlos Fernandes Xavier; os deputados federais Wilson Santos (PMDB-MT), Jorge Costa (PMDB-PA), Kátia Abreu (PFL-TO) e Gérson Péres (PPB-PA); o presidente da Comissão de

Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Pará, deputado estadual João Bosco Gabriel; e o chefe da Divisão de Cerrado da

Embrapa, Carlos Magno.

Na avaliação de Jonas Pinheiro, que preside a comissão, a audiência serviu para que produtores agrícolas e representantes de entidades ambientalistas chegassem mais próximo de um acordo sobre a matéria. Ele informou que dois ou três pontos marcam as divergências entre as duas áreas. "Tais diferenças já foram bem maiores", afirmou o senador.

A comissão que analisa a matéria tem como vice-presidente o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e, como relator, o deputado Moacir Michelletto (PMDB-PR).



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa da origem). Superior Tribunal de Justiça. Dispõe sobre as reestruturações dos tribunais regionais federais das cinco regiões e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovados o projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. À sanção.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa da origem). Superior Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Resolução nº 26, de 2000 (Of. "S" nº 3/2000, nº 230/2000, na origem). CAE. Autoriza a prefeitura municipal de Santos (SP) a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), administrado pela CEF, no valor de R\$ 12.021.300,00, a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (nº 627/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Brasil e a Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999 (nº 730/98, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão outorgada à Rádio Piatã FM de Salvador (BA).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999 (nº 735/98, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Tupã OM (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1998 (nº 518/95, na Casa da origem). Dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social principal é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações.

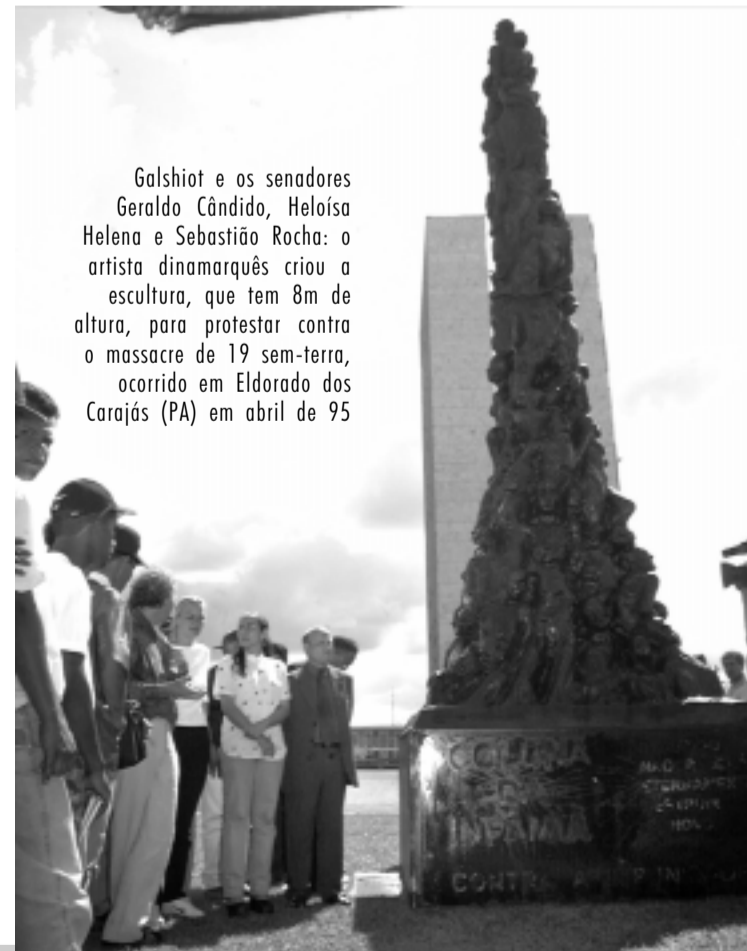
**Resultado:** Prejudicado. Ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

## Heloísa protesta contra violência policial no Pará

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) repudiou a violência policial ocorrida durante manifestação realizada ontem em Belém por sem-terra e trabalhadores urbanos. Ela disse que os policiais atiraram balas de borracha contra os manifestantes, inclusive mulheres e crianças. Na opinião dela, o comportamento da polícia foi "abominável". Na presidência da sessão, Ademar Andrade (PSB-PA) lamentou os incidentes, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os manifestantes protestavam "pelos quatro anos de injustiça" do massacre de Eldorado.

Heloísa, líder do Bloco Oposição, também comunicou ao Plenário ato realizado em frente ao Congresso para receber a obra *Coluna da Infâmia*, doada pelo artista dinamarquês Jens Galshiot, que a concebeu como meio de "repúdio contra todas as formas de violência".



Galshiot e os senadores Geraldo Cândido, Heloísa Helena e Sebastião Rocha: o artista dinamarquês criou a escultura, que tem 8m de altura, para protestar contra o massacre de 19 sem-terra, ocorrido em Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 95

# Heloísa Helena repudia afirmação de revista

Senadora contesta matéria publicada em *IstoÉ*, segundo a qual durante a campanha eleitoral de 1998 ela teria recebido dinheiro do senador Luiz Estevão, por meio do PMDB de Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou ontem contra matéria publicada na última edição da revista *IstoÉ*, segundo a qual ela teria recebido dinheiro do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), por meio do PMDB de Alagoas, para sua campanha eleitoral, em 1998.

A senadora exigiu que os autores da entrevista com Luiz Estevão, os jornalistas Mino Pedrosa e Ricardo Miranda, comprovem a informação, e acrescentou que pediu ao Tribunal Regional Eleitoral todas as prestações de contas do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, para compará-las e descobrir quem foi financiado pelo que chama de “quadrilha collarida”.

— Eu não aceitaria dinheiro dos amigos de Collor, gente que enriqueceu roubando. Essa quadrilha collarida tem, em Alagoas, a Rede Globo e uma rede de jornalistas nas mãos, e já faz esse jornalismo safado. Esse jornalista mentiroso, covarde, canalha, não exerceu o compromisso ético do contraditório e, se for homem, vai ter que revelar quem declarou que eu recebi esse dinheiro — afirmou a senadora, que rasgou um exemplar da revista durante o pronunciamento.



Heloísa desafia jornalista a revelar quem declarou que ela teria recebido dinheiro do PMDB de Alagoas

## Parlamentares de todos os partidos se solidarizam com senadora

Senadores de todos os partidos representados no Senado fizeram apartes em solidariedade à líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena, e contra as insinuações publicadas pela revista *IstoÉ* de que ela teria recebido dinheiro do senador Luiz Estevão para a campanha eleitoral de 1998.

Na opinião do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a revista usou o “artifício covarde” de fazer uma acusação velada. Dutra disse ainda que a entrevista com Estevão deveria receber o carimbo de “Informe Publicitário”, utilizado em matérias pagas. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que ficou evidente a armadilha montada na forma como a pergunta foi feita pelo jornalista ao senador Luiz Estevão. Requião lembrou que projeto de sua autoria, em tramitação na Câmara dos Deputados, obriga a imprensa a conceder o direito de resposta rapidamente, e observou que esta não foi a primeira vez que *IstoÉ* agiu dessa forma.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, solidarizou-se com a senadora e também afirmou que a revista é recorrente em divulgar acusações sem comprovação. Recentemente, *IstoÉ* publicou denúncia de que estaria havendo tráfico de cocaína no Senado. Antonio Carlos informou que já tomou providências para apurar o fato.

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que a imprensa vem agindo como se todos os parlamentares tivessem

o mesmo comportamento ético, e que a atitude do jornalista agride a democracia. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que “os enlameados não querem ficar sozinhos e, por isso, tentam arrastar os dignos com eles”.

Para o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), não se pode tolerar a “forma sórdida” como a revista tratou a questão. O senador Antero de Barros (PSDB-MT) lamentou que isso ainda ocorra na imprensa.

Mesmo sem ter lido a entrevista, o senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu a senadora e assinalou que quem tem honra tem o direito de se indignar. “A acusação não é clara, fica nas entrelinhas, sugere mas não declara”, avaliou. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que também não leu a reportagem, mas deu razão a Heloísa, lembrando que todos conhecem suas posições, sua luta e sua dignidade.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou a “santa ira” com que a senadora defende suas opiniões, mas fez ressalvas ao comportamento do PT quando acusa. Segundo ele, o “moralismo vingador” do partido gera acusações tão sérias quanto as que agora atingem Heloísa Helena. Távola disse que existe uma batalha entre imprensa e Congresso porque a imprensa tem força, mas não tem poder e o Congresso tem poder, mas não tem força. “A imprensa está fazendo, sem sangue, o que a ditadura fazia”, avaliou. Ele

acredita que o episódio, por envolver uma pessoa como Heloísa Helena, pode fazer com que o parlamento seja melhor compreendido.

Depois de elogiar o aparte de Távola, o senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou a qualidade do trabalho de Heloísa Helena. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) testemunhou a retidão de caráter e a personalidade da senadora.

O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), disse que a senadora pauta sua atividade pela transparência. Segundo Jader, o entendimento de seu partido é de que Heloísa Helena foi envolvida gratuitamente na entrevista e, por isso, foi cometida uma injustiça. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), também manifestou sua solidariedade a senadora petista.

Alagoano como Heloísa, o senador Geraldo Lessa (PSDB) disse que a acusação é infame e injusta. Ele deu o testemunho de ter acompanhado a senadora por três eleições. “Sua campanha foi rica em votos e no poder de comunicação com o povo”, afirmou. Saliendo que a militância aguerrida de Heloísa Helena é o seu melhor testemunho, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) solidarizou-se com ela e afirmou que acompanha a trajetória da senadora desde o início do mandato. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a coerência de Heloísa Helena com os princípios assumidos ao traçar sua carreira política.

## Arruda acusa Brizola de “leviandades” contra Fernando Henrique

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), acusou o ex-governador Leonel Brizola de “ter cometido leviandades” contra o presidente Fernando Henrique Cardoso no programa partidário gratuito do PDT, que foi ao ar no rádio e na televisão, no último fim de semana.

— Com suas leviandades, Leonel Brizola agrediu a democracia e ofendeu sua própria biografia de homem público. Minha geração tinha Brizola como um idealista, mas seus ataques grosseiros e levianos e suas insinuações primárias contra a figura do presidente da República jogam por terra sua própria imagem de homem público — afirmou.

Arruda observou que as insinuações de Brizola no programa do partido “estão no mesmo nível de insinuações que se pode fazer ao questionar o que o ex-governador teria feito com o dinheiro que recebeu de Cuba: se entregou ao partido ou se comprou uma fazenda no Uruguai”. Para o líder do governo no Senado, Leonel Brizola também agrediu o Congresso, pois foram os deputados e senadores que aprovaram a emenda constitucional que permitiu a reeleição de presidente, governadores e prefeitos.

Em aparte, o líder do PDT no Senado, Sebastião Rocha, destacou o passado político de Brizola, mas admitiu que o ex-governador

não consultou o partido sobre o que iria declarar no programa de rádio e televisão. Informou que levaria a Brizola as manifestações de inconformismo do líder governista.

Também em aparte, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que o PDT, durante as votações da Constituinte de 88, apoiou a tese da reeleição e disse que isso demonstra “a incoerência do partido”. Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou “as manobras” do governo para aprovar na Câmara a emenda da reeleição. “A *Folha de S. Paulo* chegou a publicar fitas de conversas sobre pagamento de voto pela reeleição e as oposições queriam uma CPI. O governo não quis a investigação, por temer que isso acabasse impedindo a votação da emenda da reeleição”, destacou.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a reeleição como foi aprovada no Brasil, por permitir que o presidente fique no cargo para concorrer, enquanto seu ministro deve deixar o cargo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou o fato, dizendo que os jovens que vêm um político agredir violentamente a figura do presidente da República pela televisão “passam a achar que isso é normal, mesmo que as agressões não tenham fundamento”.



Para Arruda, declarações de Brizola “jogam por terra sua imagem de homem público”

# Jader critica alteração no papel de bancos oficiais

Líder garante que PMDB não admite a “desarticulação” do BB, Basa, BNB e CEF, prevista em estudo elaborado pela consultoria Booz Allen & Hamilton, por encomenda do Ministério da Fazenda

Estudo que sugere ao governo retirar o Banco do Brasil do financiamento à agricultura foi rechaçado ontem pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Elaborado pela consultoria estrangeira Booz Allen & Hamilton, por encomenda do Ministério da Fazenda, o trabalho aponta a necessidade de o BB reduzir seus custos, dedicando-se unicamente à atividade de banco comercial. Sugere ainda que o Banco da Amazônia (Basa) seja fundido com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e que o Banco do Nordeste (BNB) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) passem a formar uma única instituição.

Para o senador, afastar o Banco do Brasil do crédito agrícola significará extinguir o braço executor de importante política pública e deixar sem assistência bancária o interior do Brasil — principalmente os pequenos produtores rurais —, uma vez que bancos privados e agências de crédito não teriam como suprir a demanda dos agricultores. Depois de exibir

cópia de notícia sobre o estudo publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Jader denunciou o esvaziamento do BB. Entende o senador que, aliado de sua função social, o banco será alvo fácil daqueles que desejam sua privatização com o argumento de que ao Estado não cabe atuar empresarialmente na área financeira.

— Embora o nosso partido faça parte da base de sustentação do governo, o nosso compromisso incondicional é com a sociedade. O PMDB não vai admitir a desarticulação do Banco do Brasil, do Basa, do BNB e da

Caixa Econômica Federal — disse Jader, referindo-se à sugestão dos consultores da Booz Allen, que abrange todo o setor financeiro oficial, inclusive o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em relação à Caixa, por exemplo, é sugerido que encerre a carteira comercial e feche agências, transformando-se numa autarquia.



Jader Barbalho observa que os bancos privados e as agências de crédito não terão como suprir a demanda dos agricultores

Apesar de falar em nome de seu partido, do qual é presidente e líder de bancada, Jader disse acreditar que o Senado e o Congresso Nacional vão ficar atentos a qualquer tentativa de desestruturação ou privatização dos bancos oficiais. O senador anunciou que enviará requerimento à Mesa solicitando que o Ministério da Fazenda encaminhe ao Senado cópia do

estudo da consultoria. Adicionalmente, proporá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que faça cuidadoso exame desse processo. Ele chamou a atenção de seus colegas para o fato de que a consultoria baseou-se no modelo de financiamento alemão, que para o senador não tem nada a ver com a realidade brasileira.

O discurso de Jader foi apartado por diversos senadores, todos eles contrários à privatização dos bancos oficiais. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) lembrou que essas instituições são responsáveis por atender à periferia e às comunidades mais distantes. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) enxerga nos projetos de mudança do governo para as instituições de crédito oficial uma estratégia de privatização “sorradeira”, porque feita aos poucos. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acrescentou que a lei impede a privatização do BB e da Caixa por decisão do Conselho Nacional de Desestatização (CND) — caberia ao Congresso dar a autorização para a venda dessas empresas.

Como ex-funcionário do BB, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) atestou a importância da instituição como difusora de crédito e instrumento na luta contra as desigualdades regionais. O senador Amir Lando (PMDB-RO) observou que o Brasil crescia antes do programa de privatização, passando agora por um período de estagnação. Lando foi um dos senadores que também protestaram contra as medidas que aos poucos reduzem o papel da Petrobras e encaminham a empresa para a privatização.

Apoiaram ainda o discurso de Jader os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Agnelo Alves (PMDB-RN), Francelino Pereira (PFL-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Ademir Andrade (PSB-PA), que repudiaram as propostas visando à venda dos bancos oficiais e à transferência da atividade de fomento a bancos particulares. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse estranhar que um governo social-democrata não atente para a função social dessas instituições.

## Francelino conclama o Brasil a repensar seu modelo econômico

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) conclamou o Congresso Nacional, a sociedade brasileira e todas as suas instituições políticas e econômicas a um debate sobre o Brasil, seu modelo econômico, sua política social e seu destino como país e como nação. Francelino fez o apelo ao analisar as manifestações populares realizadas em Washington para tentar impedir a reunião semestral do Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Na passagem da crise por aqui, há pouco mais de um ano, tivemos o socorro do FMI, até porque o Brasil foi visto por este organismo multilateral como bastião de resistência na progressão da crise rumo ao centro. Combatia-se a crise aqui, para que ela não chegasse lá. Ora, nosso sacrifício parece ter sido em vão, pois a crise já chegou lá e agora vemos claramente que o FMI, como está, é pequeno demais para



Francelino Pereira afirma que o FMI é pequeno demais para enfrentar a crise

enfrentá-la — avaliou o senador.

Para Francelino, os acontecimentos mostram que se amplia o grau de descontentamento, que já chega aos países que comandam a política de globalização econômica.

— Alguma coisa precisa ser mudada, não há dúvida, e o Brasil, como sócio-fundador do FMI, tem a responsabilidade de liderar um movimento construtivo, que pos-

sa adequar as linhas mestras da economia mundial à realidade dos países em desenvolvimento — afirmou.

O senador lembrou que até mesmo o ex-diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, defende mudanças nas receitas da instituição e a adoção de uma política social-liberal, com crescimento de alta qualidade em termos de justiça social, equidade, capacidade de preservar os ativos culturais e o meio ambiente.

## Machado defende votação rápida da reforma político-partidária

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), fez um apelo às demais lideranças partidárias para agilizar a votação da reforma político-partidária, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em especial o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e a fidelidade partidária. Na avaliação do senador, as medidas fortaleceriam os partidos políticos, pondo

fim à forma individualista de fazer política que, na sua opinião, caracteriza o Brasil.

— Se aprovarmos o financiamento exclusivo, será bem mais fácil fiscalizar as contas das campanhas do que num sistema misto. Também daremos, ao homem de bem, a oportunidade para se candidatar, sem recorrer ao poder econômico. Haverá sempre os picaretas, mas esses serão combatidos através de legislação eleitoral rigorosa — disse.



Sérgio Machado defende o fortalecimento dos partidos e o fim do individualismo na política

Na avaliação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), essa é a única maneira de tornar transparentes as campanhas eleitorais. “Ou se faz a campanha com dinheiro público formal, ou se faz com dinheiro público roubado, como é o caso atualmente. As CPIs do Senado mostraram claramente que a corrupção política começa na campanha eleitoral. Foi assim no governo Collor e na prefeitura de São Paulo, apenas

para citar dois exemplos”, afirmou.

Também em apartes, os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Antero de Barros (PSDB-MT) e Arlindo Porto (PTB-MG) defenderam o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, levando o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) a perguntar o que está faltando para se aprovar o projeto. “Se todos estão a favor, quem está engavetando a proposta?”, indagou.

## Maguito Vilela debate na TV Senado as mudanças na Lei Pelé

As alterações na Lei Pelé são o tema do programa *Cidadania*, com a presença do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e do judoca Aurélio Miguel, que a TV Senado exibe hoje, às 7h30, 12h30 e 20h30.

Na avaliação do senador, relator da medida provisória que alterou a Lei Pelé, a falta de transparência na atuação dos bingos exigiu as mudanças na legislação. O re-



Maguito Vilela propõe separar esporte e bingos

latório de Maguito Vilela propõe que os bingos não sejam mais regulados pela mesma legislação que trata dos esportes.

Pelas normas atuais, parte da renda dos bingos é revertida para o financiamento dos esportes. Mas, na avaliação do judoca Aurélio

Miguel, deve-se mudar o método de arrecadação de recursos financeiros.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h – *Unip*: Estresse  
6h30 – *Cidadania*: Sen. Maguito Vilela e o atleta Aurélio Miguel falam sobre o esporte no Brasil e a Lei Pelé  
7h25 – *Senado em Pauta*  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o desenvolvimento urbano  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: Um mundo novo na TV – Caminhos da Riqueza  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho  
9h30 – *Entrevista*: Sen. Luzia Toledo fala sobre a carteira de identidade para menores  
8h55 – *Senado em Pauta*  
10h – *Comissão de Assuntos Econômicos* (vivo)  
12h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o desenvolvimento urbano  
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Natal  
13h30 – *Cidadania*: Sen. Maguito Vilela e o atleta Aurélio Miguel falam sobre o esporte no Brasil e a Lei Pelé  
14h30 – *Sessão Plenária* (vivo)  
18h30 – *Entrevista*: Sen. Luzia Toledo fala sobre a carteira de identidade para menores  
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
19h30 – *Cidadania*: Sen. Maguito Vilela e o atleta

Aurélio Miguel falam sobre o esporte no Brasil e a Lei Pelé  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o desenvolvimento urbano  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
10h – *Comissão de Assuntos Econômicos*  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)  
Em seguida – Música e informação

# Mauro quer transformar 2001 em Ano Nacional da Moradia

Autor da proposta que incluiu a moradia entre os direitos sociais previstos na Constituição, senador defende prioridade para os pobres

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) está propondo que se institua 2001 como o Ano Nacional da Moradia. Ele defende também um esforço conjunto do Executivo e do Legislativo para resolver o problema da habitação popular no país.

Mauro Miranda já havia apresentado a idéia de instituir o Ano Nacional da Moradia em um fórum nacional sobre habitação, em Florianópolis. Além disso, tratou do tema em várias audiências com autoridades do governo, como os ministros da Casa Civil, Pedro Parente, do Planejamento, Martus Tavares, o secretário-geral da Presidência, Aloísio Nunes Ferreira, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

– O Congresso Nacional foi unânime na decisão de incluir a moradia entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição –



Mauro prega mobilização do governo e da sociedade para construir dois milhões de casas populares

lembra Mauro Miranda. Segundo ele, há no Brasil mais de cinco milhões de famílias sem moradia, além de outras sete milhões vivendo em péssimas condições no campo, nas favelas e na periferia das grandes cidades.

O senador pretende, com a instituição do Ano Nacional da Moradia, a mobilização do governo e da sociedade para a construção de

dois milhões de casas populares. Ele acha que é preciso decisão política para definir a moradia social como investimento prioritário. O ano de 2001 seria uma data símbolo.

Mauro Miranda destaca que recentemente foram aumentados os tetos de financiamento para a compra de imóveis pela classe média. Agora, segundo ele, a população pobre deveria ter prioridade.

## Moreira Mendes cobra realização de obras previstas em acordo entre Brasil e Bolívia

O cumprimento de acordos firmados entre o Brasil e a Bolívia, que incluem a construção de pontes entre os dois países, foi cobrado ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Conforme o senador, desde 1966 está prevista a construção de pontes sobre o rio Mamoré, ligando Guajará-Mirim e Guayaramerín. Além disso, haveria pontes já iniciadas e não concluídas sobre os rios Ribeirão e Araras. As obras complementaríamos a rodovia Porto Velho–Guajará-Mirim e poderiam diminuir em até US\$ 60 por tonelada o preço do frete na região.

Moreira esteve recentemente em La Paz, capital da Bolívia, por ocasião da apresentação oficial do projeto de licitação do corredor Oeste-Norte. “O evento tratou da



Moreira Mendes prevê aquecimento da economia de Rondônia com ligações rodoviárias para o Pacífico

concessão de exploração, mediante pavimentação, de via que ligará a cidade boliviana de Guayaramerín, fronteira com o Brasil, a La Paz, e dali para importantes portos do Chile e Peru, no Pacífico”, explicou.

O senador ressaltou a importância do projeto para o aquecimento

da economia de Rondônia, pois, se a estrada já estivesse pavimentada, a distância entre as áreas produtoras e os portos do Pacífico seria de 1,6 mil quilômetros, enquanto entre os mesmos centros produtores e os portos de Santos e Paranaguá é de aproximadamente 3 mil quilômetros.

## Thelma homenageia pioneiro da construção de Palmas

A senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) registrou ontem a morte do operário João do Vale, que trabalhou na construção de Palmas, capital do Tocantins. Sob a liderança de João do Vale, um grupo de famílias ergueu também os bairros Jardim Aureci e Vale,

onde moram os construtores pioneiros de Palmas. A senadora pediu aos filhos do operário que sigam o exemplo de luta e bravura do pai.

– João do Vale era um homem simples, mas foi de fundamental importância na construção de Palmas – disse.



Thelma Siqueira Campos destacou o exemplo de luta de João do Vale



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Segundo Sebastião Rocha, 10 mil habitantes de Laranjal do Jari estão desabrigados

## Rocha apela por ajuda a cidade do Amapá que sofreu enchente

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ajuda para o município de Laranjal do Jari, situado na margem esquerda do rio Jari, na divisa do Amapá com o Pará. Atingidos pela maior cheia dos últimos 30 anos, 10 mil dos 35 mil habitantes de Laranjal estão desabrigados e sob o risco de contrair graves doenças como a leptospirose. Informações extra-oficiais dão conta da morte de três crianças. Vitória do Jari, cidade próxima a Laranjal, também pode ser inundada.

– Espero que o governo federal não falte com sua solidariedade nesse momento – disse Sebastião Rocha, que está mantendo contatos com o diretor nacional da Defesa Civil, Pedro Augusto Sanguinetti, para que Laranjal receba socorro o mais rápido possível. Segundo o senador, o governo do estado demorou um pouco a agir, mas já está adotando medidas, que devem ser complementadas com ações na esfera federal.

Sebastião Rocha explicou que a comunidade de Laranjal afetada pela enchente vive em palafitas, na parte baixa da cidade. A via Tancredo Neves, única ligação com o restante do município, está intransitável. Como o saneamento básico é precário, a cheia traz para dentro das residências todo o tipo de detritos. Os habitantes da localidade precisam de alimentos, remédios, colchões e madeira.

Conforme o senador, as condições de vida da população de Laranjal são bastante precárias, ainda mais se comparadas com as da população que vive do lado oposto, no estado do Pará, onde está localizado o Projeto Jari Celulose. O empreendimento trouxe progresso, mas apenas para os paraenses.

# Hartung pede pressa para o Fust

Demora na votação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, afirma ele, “engorda lucros” das teles e impede o governo de levar telefonia a comunidades carentes

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) conclamou o Senado a concluir com celeridade a votação do projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Ele ressaltou que, enquanto isso não acontece, recursos anuais entre R\$ 750 milhões e R\$ 900 milhões, correspondentes a 1% da receita operacional bruta das prestadoras de serviços, “estão engordando os já fantásticos lucros das empresas de telecomunicações, agora privatizadas”. A proposta destina esses recursos a projetos de telefonia de cunho social.

Hartung lembrou que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

já aprovou o parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), e assim que a Comissão de Assuntos Econômicos votar o parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) o projeto estará pronto para ir a Plenário. E afirmou que ele permitirá reduzir as desigualdades sociais, garantindo serviços básicos de telecomunicações em comunidades carentes hoje isoladas.

O senador argumentou que a universalização dos serviços de telecomunicações é fundamental para o Brasil, uma vez que a comunicação, sobretudo através da Internet, cumpre um papel decisivo para o crescimento e a



Para Hartung, o Fust permitirá reduzir desigualdades ao garantir serviços de comunicação básicos

integração da economia mundial.

– Seria ingenuidade acreditar que empresas comerciais planejem levar os serviços de telefonia

a comunidades carentes, graciosamente. Essa função caberá ao Estado e o instrumento para isso é o Fust – afirmou Paulo Hartung.

Em aparte, Moreira Mendes (PFL-RO) relatou que a companhia telefônica de Rondônia, já privatizada, está fechando postos de serviço e instalando telefones públicos em seu lugar. “É preciso alertar a Anatel para o absurdo dessa política”, disse ele.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou que a boa utilização dos recursos do Fust é o caminho certo para levar a comunicação até as pequenas localidades, como forma de diminuir as desigualdades sociais.

## Maldaner quer apurar denúncia contra empresa de água e saneamento de SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu à Presidência da República e à representação do Banco Mundial (Bird) no Brasil que se manifestem sobre denúncia, publicada pela imprensa catarinense, envolvendo a Companhia de Águas e Saneamento do estado (Casan).

A empresa teria emitido notas frias de execução de serviços, ainda não realizados, para não ser obrigada a devolver um empréstimo do Banco Mundial a um programa de modernização do saneamento no estado.

– Caso sejam confirmadas as denúncias, cai a máscara de um governo de estado que se dizia inatacável. Com a confirmação, estaremos diante de um estelionato eleitoral – afirmou Casildo Maldaner, referindo-se ao governo do ex-senador Esperidião Amin.

Maldaner explicou que, no total, a Casan atestou falsamente junto ao Banco Mundial que teriam sido executados 26 contra-



Maldaner sugere investigação para verificar se a Casan realmente emitiu notas frias

tos de consultoria e oito de obras civis, no total de R\$ 9,5 milhões. Conforme notícia do *Diário Catarinense*, o presidente da companhia de saneamento admitiu que, se concordasse que as obras não estavam concluídas, teria de devolver imediatamente o dinheiro ao Banco Mundial.

Quem descobriu a irregularidade, segundo o relato do jornal, foi o gerente de uma unidade de gerenciamento do Programa de Modernização do Setor Saneamento, órgão ligado à Presidência da República. Esse gerente teria alertado com antecedência a Casan para a necessidade de cumprir os contratos, ou seria obrigada a devolver o dinheiro.

– Estou envergonhado e espero que a falcatrua não afete os financiamentos do Banco Mundial ao Brasil ou ao meu estado. Agora, o mínimo que se deve esperar do governo catarinense é demitir toda a diretoria da Casan e investigar o fato – disse Maldaner.

## Requião levanta dados sobre o pagamento de propinas à imprensa do PR

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou ontem ao Plenário que está reunindo indícios de pagamento de propinas à repetidora da TV Globo no Paraná com o objetivo de pedir que a Comissão de Educação convoque o diretor da emissora, Francisco Cunha Pereira, para depor sobre o assunto.

– O canal 12 do Paraná é uma concessão pública, aprovada pelo Senado. É intolerável que se venda o silêncio ou a cumplicidade de um canal de TV por dinheiro pago por fora – disse o senador.

Requião afirmou que, quando governador do Paraná, recebeu proposta da repetidora da TV Globo no estado para definir a linha política de seu departamento de jornalismo, mediante o pagamento de R\$ 100 mil por mês.

– Não aceitei a patifaria e disse ao meu secretário de Comunicação Social que iria denunciar a operação em entrevista coletiva. Meia hora depois, o diretor da TV, Francisco Cunha Pereira, procurou-me em meu gabinete para dizer que tudo não passava de um

equívoco – relatou.

Ele informou que o Ministério Público do Paraná está reunindo dados sobre corrupção e pagamento de propinas a órgãos de imprensa pela prefeitura de Londrina e pelo governo do estado.

– Foi gravada uma conversa entre Eduardo Alonso e Carlos Arruda, dois assessores do prefeito, em que o primeiro afirma dar “200 paus para o sr. Francisco, 120 para a Fo-

lha, 70 para o rapaz da Paiquerê e mais 35 para o da Brasil-Sul” – prosseguiu.

O Ministério Público, segundo Requião, já tem quatro depoimentos feitos no Departamento de Polícia Civil do Paraná sobre o assunto.

Requião fez questão de dizer que, quando governador,

não aceitou a chantagem. “Vejo, porém, que outros que me sucederam aceitaram. É preciso trazer essa gente para depor no Senado, para explicar como vendem a opinião de seus órgãos de comunicação, usando para isso uma concessão pública”, enfatizou, lembrando que Francisco Cunha Pereira é sócio do canal 12 do Paraná.



Requião pretende ouvir o diretor da TV Globo do Paraná sobre o assunto